

ALGARVE 21

PROGRAMA OPERACIONAL

Eixo Prioritário 3 – Valorização Territorial e Desenvolvimento
Urbano

Mobilidade Territorial

ALG-50-2012-05

1. Âmbito

Nos termos do Regulamento Específico “Mobilidade Territorial”, inscrito no Eixo Prioritário 3 “Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano” do Programa Operacional ALGARVE 21, é aberto concurso para apresentação de candidaturas que concorram para melhorar a circulação de pessoas e mercadorias, promover a coesão territorial, qualificar e integrar os espaços regionais e reforçar a competitividade empresarial e a articulação urbana.

A apresentação de candidaturas rege-se pelo Regulamento Específico e pelo disposto nos números seguintes.

2. Objectivos

As operações a financiar devem prosseguir os objectivos previstos no artigo 2º do Regulamento Específico.

3. Âmbito territorial

Região NUT II-Algarve

4. Tipologia de operações

São elegíveis as seguintes tipologias de operações:

- a) Requalificação/beneficiação de troços da rede viária nacional e regional, incluindo obras de arte com **prioridade** para:
 - Eixo Transversal Serrano (EN 122-1; ER 124 e ER 267)
 - EN 125 – inclui variantes, travessias urbanas e ramais incluídos na rede regional.
- b) Variantes a centros urbanos que contribuam para o reordenamento dos diferentes níveis da rede viária (circulares urbanas / eixos de penetração em sedes de concelho ou centros urbanos com mais de 10 mil habitantes).

5. Entidades beneficiárias

- a) Municípios

6. Dotação orçamental

A dotação orçamental atribuída à totalidade das operações a seleccionar é de **2.000.000€** (dois milhões de Euros).

A dotação orçamental do Concurso abrangido pelo presente Aviso pode ser reforçada por decisão da Autoridade de Gestão, tendo em vista maximizar a aprovação das candidaturas de mérito elegível de acordo com o ponto 14.3.

7. Financiamento das operações

A taxa máxima de co-financiamento FEDER para as operações apoiadas é de **65 %** (sessenta e cinco por cento).

8. Formalização de candidaturas

As candidaturas são submetidas em formulário específico em suporte electrónico, devendo os anexos necessários ser enviados para a CCDR Algarve, sita na Praça da Liberdade, nº 2, 8000-164 FARO.

O formulário de candidatura poderá ser obtido em www.ccdr-alg.pt/poalgarve21.

9. Prazo para apresentação de candidaturas

O prazo para apresentação de candidaturas inicia-se na data da publicação do presente Aviso e decorrerá até 31/01/2013, podendo ser cancelado ou suspenso pela Autoridade de Gestão, desde que publicitada nos mesmos moldes que o presente Aviso.

10. Condições de admissão e aceitação dos beneficiários

A avaliar pela Autoridade de Gestão, de acordo com o artigo 5º do Regulamento Específico.

11. Condições de admissão e aceitação das operações

As operações a financiar para além de obedecerem às condições decorrentes do regulamento Geral do FEDER e Fundo de Coesão, devem respeitar as condições de admissão e aceitação previstas no artigo 6º do Regulamento Específico.

A aferição das condições de admissão e aceitação será efectuada mediante declaração de compromisso do beneficiário integrante do formulário de candidatura, bem como através da apresentação da documentação mencionada no seu anexo.

12. Prazo de análise e decisão

O processo de análise e de decisão decorre entre o dia 01 de Fevereiro de 2013 e 05 de Abril de 2013.

No decorrer deste processo podem ser solicitados ao beneficiário esclarecimentos complementares.

13. Orientações Técnicas

VALORES DE REFERÊNCIA

TIPO	PERFIL TRANSVERSAL	CUSTOS MÁXIMO DE REFERÊNCIA
REABILITAÇÃO	6 - 7 m	100.000,00 €/km
REABILITAÇÃO PROFUNDA	6 - 7 m	250.000,00 €/km
VIA NOVA	6 - 7 m	574.342,00 €/km
TRAVESSIAS URBANAS Berma/Passeio com Lajetas + Caleira em betão	1m	30.000,00 €/km
TRAVESSIAS URBANAS Berma com Betuminoso Colorido	1m	29.000,00 €/km
TRAVESSIAS URBANAS Passeio em calçada ou Blocos de Betão	1m	16.000,00 €/km

Relativamente às operações inseridas no Eixo Transversal Serrando (EN 122-1 e ER 124 e 267) está disponibilizado um documento técnico orientador, junto ao presente Aviso.

14. Avaliação do mérito da operação

14.1. Critérios de selecção

As operações serão objecto de uma avaliação de mérito em função da totalidade dos critérios de selecção definidos no Regulamento Específico, nomeadamente:

A - Contribuam para a melhoria das ligações intra-regionais ou supra municipais, envolvam mais do que um município e se enquadrem nas orientações estratégicas do PROT;

B - Contribuam para o reforço da conectividade e os fechos de malha, nomeadamente entre redes nacional, regional e municipal, sempre que assumam carácter supra municipal, envolvam mais do que um Município e constituam prioridades expressas em PROT;

C - Proporcionem melhores condições de acesso aos centros urbanos solucionando situações evidentes de congestionamento e permitindo melhores articulações entre os centros urbanos e os territórios envolventes;

D - Privilegiem o acesso a portos, áreas de localização empresarial e logística, centros turísticos e outros locais de relevância regional e/ou contribuam para a valorização da paisagem natural;

E - Contribuam para o reforço da inter-modalidade, quer em termos interurbanos como intraurbanos;

F - Contribuam para reduzir a sinistralidade rodoviária e proporcionem melhorias de segurança ou na qualidade de serviço prestado às populações;

G - Demonstrem ganhos ambientais, contribuam para a redução da dependência energética do exterior e contribuam para o desenvolvimento de uma mobilidade mais sustentável;

- H - Promovam soluções de mobilidade e transporte de carácter inovador, designadamente em áreas de baixa densidade demográfica;
I - Contribuam para a qualificação da mobilidade em meio urbano;
J - Contribuam para a estratégia e objectivos definidos no respectivo PO, designadamente, para os indicadores de realização e resultado aprovados.

14.2. Metodologia de cálculo

Aos critérios de selecção será aplicada a seguinte metodologia de cálculo que permitirá avaliar o Mérito da Operação (MO) e proceder à respectiva hierarquização das operações:

$$MO=0,15 A+0,15 B+0,10 C+0,05 D+0,05 E+0,15 F+0,10 G+0,10 H+0,05 I+0,10 J$$

14.3. Classificação a atribuir a cada critério de selecção

As pontuações dos critérios são atribuídas numa escala que varia entre 1 e 5, sendo a pontuação final do Mérito da Operação estabelecida com relevância até às duas casas decimais, sendo consideradas as operações de mérito superior que obtenham uma pontuação final igual ou superior a 3,00.

15. Entidades que intervêm no processo de análise e decisão

A análise do mérito da operação e a consequente decisão de aprovação é da responsabilidade da Autoridade de Gestão. A Autoridade de Gestão promove a articulação com as entidades cuja intervenção se revele necessária e/ou conveniente para a obtenção de apoio e/ou emissão de pareceres técnicos especializados.

16. Data limite para comunicação da decisão de financiamento

A comunicação aos promotores da decisão relativa ao pedido de financiamento sobre as candidaturas admitidas e aceites é efectuada no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados a partir da data de decisão de financiamento.

17. Obrigações e procedimentos de informação e publicidade

Os beneficiários de candidaturas aprovadas comprometem-se a respeitar e aplicar as obrigações e os procedimentos em vigor em matéria de informação e publicidade sobre o co-financiamento do FEDER e do Programa Operacional ALGARVE 21 nas intervenções resultantes das disposições regulamentares comunitárias bem como das normas e especificações técnicas instituídas pela Autoridade de Gestão em vigor à data da sua aprovação.

18. Legislação e informação relevante

- a) Regulamento CE n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho;
- b) Regulamento CE n.º 1828/2006 da Comissão, de 8 de Dezembro;
- c) Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, que define o modelo de governação do QREN 2007-2013 e dos respectivos Programas Operacionais;
- d) Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão;

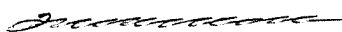
- e) Regulamento Específico "Mobilidade Territorial" aprovado por Decisão da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais;
- f) Outras informações relevantes estão disponíveis no sítio do Programa Operacional do Algarve e do QREN.

19. Divulgação e informação complementar

O presente Aviso e outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação e formulários, estão disponíveis no sítio na Internet do Programa Operacional ALGARVE 21 (www.ccdr-alg.pt/poalgarve21).

Faro, 15 de Novembro de 2012

Gestor do Programa Operacional Regional do Algarve



David Santos